

Artigo

OS QUILOMBOS CONTEMPORÂNEOS E A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE: APROXIMAÇÃO TEÓRICO- CONCEITUAL.

RODRIGO DE OLIVEIRA VILELA
NEIO LUCIO DE OLIVEIRA CAMPOS

p. 42-59

revista



T - T - T

Revista Eletrônica:
Tempo - Técnica - Território,
V.5, N.2 (2014), 42:59
ISSN: 2177-4366

Como citar este artigo:

VILELA, R. O., Neio Lucio de Oliveira Campos. OS QUILOMBOS
CONTEMPORÂNEOS E A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE:
APROXIMAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL. Revista Eletrônica:
Tempo - Técnica - Território, v.5, n.2 (2014), p. 42:59 ISSN:
2177-4366

Disponível em: [http://inseer.ibict.br/ciga/index.php/ciga/article/
viewFile/245/181](http://inseer.ibict.br/ciga/index.php/ciga/article/viewFile/245/181)

Este obra está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

OS QUILOMBOS CONTEMPORÂNEOS E A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE: APROXIMAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL.

RODRIGO DE OLIVEIRA VILELA

Geógrafo, Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: geographo@gmail.com

NEIO LUCIO DE OLIVEIRA CAMPOS

Geógrafo, Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Departamento de Geografia da UnB. Diretor do Centro de Excelência em Turismo – CET/UnB. E-mail: neiocamp@unb.br

RESUMO: Os quilombos foram e são estruturas que vão além da sua típica característica de resistência, essas comunidades são materializações da organização social africana que se constituiu nos espaços urbanos e rurais brasileiros. Um ponto importante, da presença de população de matriz africana no território brasileiro, diz respeito à relação das comunidades quilombolas com o meio ambiente que as cercam. O manejo dos recursos naturais existentes na área de abrangência da comunidade sempre foi uma preocupação das populações tradicionais. Na verdade, a necessidade de utilizar esses recursos de modo sustentável é estratégia importante na manutenção e reprodução da comunidade ao longo de suas gerações. Partilhamos do princípio de que a Biodiversidade, tal qual percebemos atualmente, é um resultado da relação da natureza com a ação da sociedade e das culturas humanas. Sendo assim, ela é uma construção, também cultural e social. Apresentaremos o modelo ainda dominante de conservação, o chamado preservacionismo e, também, aquele modelo que entende a conservação da biodiversidade em consonância com sociedades tradicionais, o conservacionismo ou a ecologia social. É no ponto abordado acima que enfatizamos a necessidade de uma mudança no paradigma da proteção da biodiversidade. Não estamos descartando a necessidade da conservação ambiental, que é fundamental para a reprodução da vida humana, somente alertando para a maior vulnerabilidade das comunidades tradicionais, frente às transformações do mundo moderno.

ABSTRACT: Quilombos were and still are structures that go beyond the typical feature of resistance. These communities are materializations of African social organization that was formed in Brazilian urban and rural areas. An important aspect of the presence of people of African origin in the Brazilian territory concerns the relationship between the quilombola communities and the environment that surrounds them. The management of natural resources in the catchment area of the community has always been a concern of traditional populations. Indeed, the need to use these resources in a sustainable way is an important strategy in the maintenance and reproduction of the community throughout their generations. We share the principle that biodiversity, as currently perceived, is a result of the relationship between nature and action of society and of human cultures. Thus, it is also a cultural and social construction. In this paper, we present the still dominant model of conservation, called preservationism, and also that model that considers the conservation of biodiversity in line with traditional societies, conservationism or social ecology. It is in the question discussed above we emphasize the need for a paradigm shift in biodiversity protection. We are not ruling out the need

for environmental conservation, which is essential for the reproduction of human life, only pointing out the greater vulnerability of traditional communities; face the transformations of the modern world.

PALAVRAS-CHAVE: Quilombos contemporâneos, proteção da biodiversidade, território.

RÉSUMÉ: Les quilombos étaient et sont des structures qui vont au-delà de votre caractéristique typique de la résistance, ces communautés sont des matérialisations de l'organisation sociale de l'Afrique qui a été formé dans les zones urbaines et rurales du Brésil. Un point important, la présence de personnes d'origine africaine au Brésil, concerne la relation entre les communautés quilombos avec l'environnement qui les entoure. La gestion des ressources naturelles dans le bassin versant de la communauté a toujours été une préoccupation des populations traditionnelles. En effet, la nécessité d'utiliser ces ressources de manière durable est un élément important dans le maintien et la reproduction de la communauté tout au long de leurs générations. Nous partageons le principe selon lequel la biodiversité, comme c'est actuellement réalisé, est le résultat de la relation de la nature et de l'action de la société et les cultures humaines. Ainsi, il s'agit d'une construction, aussi social et culturel. Présenter le modèle encore dominant de conservation, appelé préservationnisme et aussi ce modèle qui tient compte de la conservation de la biodiversité en ligne avec les sociétés traditionnelles, conservatisme ou l'écologie sociale. Il est le point ci-dessus fait que souligner la nécessité d'un changement de paradigme en matière de protection de la biodiversité. Nous n'excluons pas la nécessité de la conservation de l'environnement, ce qui est essentiel pour la reproduction de la vie humaine, ne avertissant de la vulnérabilité accrue des communautés traditionnelles, face aux transformations du monde moderne.

MOTS-CLÉS: quilombos contemporains, protection de la biodiversité, le territoire.

1. INTRODUÇÃO

Pesquisar o que chamamos de comunidades quilombolas contemporâneas é, antes de tudo, entrar em contato com energias ancestrais. Os territórios quilombolas do Brasil conservam, em maior ou menor grau, estruturas importantes do que podemos entender por um Brasil tipicamente africano. Nessa perspectiva, partimos da premissa de que a entrada nestes territórios requer respeito e, fundamentalmente, compreensão da sua realidade.

Os quilombos foram e são estruturas que vão além da sua típica característica de resistência, essas comunidades são materializações da organização social africana que se constituiu nos espaços urbanos e rurais brasileiros, com uma organização territorial peculiar. Ao longo dos anos, esses territórios quilombolas contemporâneos se

envolveram em todo o tipo de conflito territorial, já que muitas vezes o processo de reconhecimento e titulação das suas terras esbarra em outros interesses. Dentro das principais situações podemos enumerar alguns conflitos que envolvem comunidades quilombolas contemporâneas e outros grupos ou instituições, tais como produtores rurais, indústrias, barragens para usinas hidrelétricas, áreas de segurança e militares, unidades de conservação, dentre outros.

O presente artigo é parte integrante de pesquisa realizada no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, que teve como resultado a elaboração de Dissertação de Mestrado¹ sobre um Estudo de Caso que envolve sobreposição territorial entre Comunidade Quilombola e Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral, no Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais. Sendo assim, o objetivo deste é apresentar um arcabouço teórico-conceitual acerca da investigação dos conflitos entre Quilombos Contemporâneos e UC de proteção integral, bem como sua relação com a manutenção da biodiversidade.

As motivações para a concretização da problemática são originadas em proposições teóricas e ideologias antagônicas, onde a preservação de recursos ambientais percebe, de um lado, a importância de populações tradicionais como fator de degradação e de outro, como agentes de conservação do meio. Nesse aspecto, entramos em um escopo teórico-metodológico complexo, já que a garantia do direito ao território das comunidades quilombolas é tão importante quanto à preservação ambiental. Entendemos que na elaboração do corpo normativo e na formulação das políticas ligadas à preservação do meio ambiente, há uma tendência em marginalizar a presença dessas populações tradicionais em áreas com potencialidade de criação de espaços de proteção ambiental. O resultado disso é inevitavelmente a constituição de um conflito social complexo.

2. O QUILOMBO CONTEMPORÂNEO: TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE.

¹ VILELA, Rodrigo de Oliveira. Quilombos contemporâneos e a proteção da biodiversidade: o caso da Reserva Biológica da Mata Escura e da Comunidade Mumbuca. Vale do Jequitinhonha/MG . 2013. 163 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10482/14688>

Ao tratar de estudos relacionados a populações tradicionais a análise territorial é fundamental, pois entender o território e seus significados é importante na definição dos atores envolvidos na construção identitária, na elucidação dos conflitos e nas representações dos quilombolas enquanto comunidade tradicional, uma vez que é no território que esses aspectos se manifestam.

É no território que esse modo de vida se estabelece e, dele depende o principal fator de caracterização de uma comunidade como tradicional, a sua auto identificação. Só há a possibilidade de reconhecimento de determinadas práticas tradicionais se estas estão enraizadas na população e se manifestam concretamente no espaço geográfico.

Sendo assim, entendemos que a definição de território proposta por Milton Santos pode ser aplicada às realidades territoriais das comunidades tradicionais, assim dizia Santos (2002).

O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. *E completa, ainda* que é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. (SANTOS, 2002, p.96).

Nesse sentido, que percebemos que há uma preocupação do autor em resgatar a presença concreta do território, uma vez que as relações sociais se tornaram voláteis e modificam-se de forma acelerada. Fato esse que não se manifesta de forma exemplar em comunidades tradicionais, que ainda mantêm suas ações baseadas em relações produtivas familiares e no trabalho doméstico, com uso de uma tecnologia relativamente simples e na importância de mitos e rituais associados à caça, à pesca e a atividades extrativistas (DIEGUES, 2001).

A forma singular de apropriação do território por parte das comunidades tradicionais cria uma identidade dessa população. Nesse caso, a identidade é pautada nas relações cotidianas de trabalho na terra, no conhecimento tradicional associado ao preparo do plantio, à coleta dos recursos naturais e no simbolismo dos festejos e crenças religiosas.

A identidade citada por Milton Santos é fundamentalmente territorial. É uma realidade cunhada na vida cotidiana e nas relações sociais da comunidade.

Nessa perspectiva, Saquet (2007) expressa bem a relação entre o desenvolvimento da territorialidade e as relações cotidianas ao afirmar que

as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas e em unidade, efetivam o território, o processo social, no e com o espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades, temporalidades e territorialidades (SAQUET, 2007, p.57).

E ainda complementa dizendo que *“Os processos sociais e naturais, e mesmo nosso pensamento, efetivam-se na e com a territorialidade cotidiana. É aí, neste nível, que se dá o acontecer de nossa vida e é nesta que se concretiza a territorialidade”*. (op.cit).

Percebemos que ambos os autores acima citados entendem o território enquanto uma construção da identidade cotidiana, das relações de trabalho, o local da residência e onde a vida se manifesta. O que dá a singularidade de uma comunidade tradicional é justamente a forma como esta manifesta suas características em um dado território, vinculada à noção de pertencimento, no acontecer de sua vida, resultando nas chamadas territorialidades cotidianas (SANTOS; SAQUET, 2002, 2007).

Assim, no usufruto dos recursos territoriais, materiais e simbólicos, as comunidades tradicionais traçam uma territorialidade própria. O território para existir empiricamente depende do desenvolvimento do processo de territorialização, ou seja, da apropriação da população dos seus recursos, como mostrado nas passagens de Santos e de Saquet acima abordadas.

No Brasil o quilombo foi e é uma realidade territorial, escamoteada do processo de formação da complexa sociedade brasileira, sofrendo marginalização e se tornando invisível ao longo dos anos. O Brasil foi a colônia que mais recebeu seres humanos africanos na condição de escravos, ao longo dos quatro séculos de processo escravocrata e coadunamos com a ideia de que houve, ao longo da formação do Estado brasileiro, um esquecimento da presença dessa matriz populacional na caracterização da população brasileira. Além disso, entendemos que é urgente a necessidade de visibilidade dessas comunidades no território brasileiro, conforme afirma Anjos (2013):

O esquecimento proposital das comunidades e dos territórios descendentes de antigos quilombos, sítio geográfico estratégico onde

se agrupavam, principalmente, povos de referência africana, mas, também índios e europeus excluídos da sociedade, que se rebelavam contra o sistema escravista da época, formando comunidades livres, autosustentáveis e com forte organização territorial, constitui uma das questões emergenciais e estruturais da sociedade brasileira atual. É incompreensível a realização de leituras do nosso território, de dimensões continentais, sem contemplar a geografia dos quilombos e dos espaços estruturados no “Brasil Colonial” sobrevivente (ANJOS, 2013, p. 137).

Não devemos perder de vista que os quilombos são tanto aqueles que se formaram nos períodos colonial e imperial brasileiros, como as comunidades negras rurais ou urbanas do Brasil contemporâneo. Em ambos os momentos, a formação do quilombo contou com a ajuda das peculiaridades do território brasileiro, além da significativa quantidade de população cativa, muitas vezes superando a população livre. As populações aquilombadas de outrora e os quilombolas do Brasil atual sempre tiveram a natureza como aliada no processo de formação das suas comunidades, as condições geográficas favoreceram o estabelecimento e a estabilidade do quilombo, o que dificultou sua identificação (FIABANI, 2005).

A natureza como aliada e as condições geográficas peculiares configuram o sítio quilombola como um território intimamente ligado com os recursos naturais. Para ilustrar essas características, apresentamos a **Figura 01**, onde podemos visualizar diferentes sítios quilombolas em algumas regiões brasileiras. É importante perceber como essas populações interagiram com o meio para garantir a sua existência.



Figura 01 – Registros fotográficos de sítios quilombolas. Algumas regiões Brasileiras. Fonte: Fotografias do autor. Trabalhos de Campo, 2006 – 2012. Elaboração do autor.

O entendimento do que hoje é o quilombo, é bem variado. Anjos (2009) amplia o conceito de comunidades quilombolas, afirmando que estas conseguiram “*ocupar uma terra e manter uma autonomia política e econômica e identidade territorial*”. E destaca que “*ao quilombo contemporâneo deve estar associado uma interpretação mais ampla, não somente de resistência no passado, mas, sobretudo, no presente*” (ANJOS, 2009, p. 108).

Os quilombos contemporâneos foram originados nas mais diversas formas, destacando-se a ocupação de fazendas falidas ou abandonadas; compra de propriedades por escravos alforriados; doações de terras por proprietários de fazendas ou de ordem religiosa; pagamento por prestações de serviços em guerras oficiais; e extensões de terrenos da União não devidamente cadastrados. (ANJOS, 2009).

A amplitude da interpretação do que é o quilombo contemporâneo deriva justamente de seus processos territoriais, bem como nas diversas formas de origem das comunidades quilombolas. Independente do processo pelo qual passou a comunidade o que dá unidade a esses territórios é a sua matriz étnica. É dessa forma que podemos afirmar que os diversos processos territoriais que se manifestaram nas comunidades quilombolas conduziram para uma identidade territorial baseada em uma forma de apropriação do território própria dos quilombos.

Percebemos que as identidades territoriais bem como os aspectos cotidianos são importantes na identificação de comunidades tradicionais quilombolas. São esses os constituintes da territorialidade cotidiana do quilombo: o território, o modo de vida e a identidade quilombolas. O conjunto de fatores que dão identidade a uma comunidade quilombola e o uso que esta faz do território a partir das suas práticas cotidianas constrói a territorialidade do grupo, já que é no território que se manifestam suas ações concretas (econômicas e políticas) e as simbólicas (crenças e manifestações culturais).

Uma das características mais importantes dos territórios quilombolas está na sua localização, já que muitos deles estabeleceram suas ocupações em áreas de difícil acesso, conferindo uma característica estratégica as suas localizações. Por isso, a forma da ocupação da população quilombola é referência básica para a sua manutenção e sobrevivência, sempre buscando a possibilidade de reprodução cultural, social e econômica.

Sobre esse aspecto Anjos e Cypriano (2006) apontam que a organização territorial do quilombo dependia da localização geográfica estratégica em regiões de difícil acesso, mas com possibilidade de subsistência, onde haveria a possibilidade de desenvolvimento de agricultura e utilização da caça, da pesca e da coleta. Todo esse contexto confere à comunidade quilombola, uma grande cultura de espaço, a terra é coletiva e acima de tudo, sagrada.

Anjos (2011) complementa que o quilombo “*é um território étnico, capaz de se organizar e se reproduzir no espaço geográfico de condições adversas, ao longo do tempo e com resistência para a manutenção da sua forma peculiar de viver*” (ANJOS, 2011, p. 18). A adversidade e o conflito são realidades historicamente ligadas ao quilombo. Desde a sua organização clássica, com a não aceitação da condição escrava, até o que entendemos como o quilombo contemporâneo, as populações negras, organizadas em comunidades, desenvolveram práticas territoriais de resistência. A peculiaridade dessa forma de vida se deu, também, pelas condições físicas dos espaços habitados pelos quilombos. A presença dessas populações em regiões de acesso restrito, como vales, interiores de chapadas, mosaicos florestais, zonas ribeirinhas ou faixas litorâneas distantes dos centros urbanos, conferiu uma necessidade de organização produtiva própria, uma vez que a organização social quilombola permaneceu marginalizada do sistema dominante.

3. O QUILOMBO CONTEMPORÂNEO: MANUTENÇÃO DA BIODIVERSIDADE E SUAS RELAÇÕES TERRITORIAIS.

O território quilombola, além de desenvolver aspectos estratégicos da sua localização, vinculados ao processo de resistência na terra, como vistos acima, também criou relações estratégicas com o meio ambiente. Por esse motivo, a preocupação com a conservação da biodiversidade do território quilombola é, também, fator fundamental para a ocupação estratégica dessas comunidades. Ter preservados os aspectos naturais do território do quilombo foi e continua importante para a manutenção do grupo em seu espaço ancestral.

Arruda (1999) aponta para o seguinte aspecto:

A maior parte das áreas ainda preservadas do território brasileiro são habitadas com maior ou menor densidade por populações indígenas ou por comunidades rurais “tradicionais” - caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, caipiras – para as quais a conservação da fauna e flora é a garantia de sua perenidade. (ARRUDA, 1999, p.90).

A forma como a comunidade maneja os recursos naturais, contribuiu para a conservação desses elementos, sendo assim, é importante tanto para a localização estratégica, quanto para garantir os recursos necessários para a reprodução espacial da população quilombola. Diegues (2000) afirma que as culturas e os saberes tradicionais podem contribuir para a manutenção da biodiversidade dos ecossistemas, uma vez que *“esses saberes são o resultado de uma co-evolução entre as sociedades e seus ambientes naturais, o que permitiu a conservação de um equilíbrio entre ambos”* (DIEGUES, 2000, p. 18).

Como visto, a organização territorial quilombola se materializa na ocupação estratégica de seu espaço, ou seja, no uso que a comunidade faz do território. Observamos que as várias características dessa ocupação, em áreas de difícil acesso, têm como perspectiva a resistência do modo de viver quilombola, pautado na lógica da subsistência e na conservação da biodiversidade. Toda essa trama buscou ao longo dos anos a tentativa de garantir a perenidade da comunidade, em muitos casos obteve sucesso, uma vez que temos os mais variados exemplos de comunidades quilombolas que sobreviveram aos séculos utilizando das estratégias aqui discutidas.

Partilhamos do princípio de que a Biodiversidade, tal qual percebemos atualmente, é um resultado da relação da natureza com a ação da sociedade e das culturas humanas. Sendo assim, ela é uma construção, também cultural e social (DIEGUES, 1999).

Dentro dessa perspectiva, partimos da análise sobre a biodiversidade, enfocando dois eixos fundamentais: O modelo ainda dominante de conservação, o preservacionismo. E aqueles que entendem a conservação da biodiversidade de forma integrada com as sociedades tradicionais, o conservacionismo ou a ecologia social.

O modelo preservacionista que destaca a ideia de áreas de proteção integral reforça a visão de que a biodiversidade não só é um produto natural como sua conservação pressupõe a ausência e mesmo a transferência de populações tradicionais de seu interior (DIEGUES, 1999). Ainda sobre essa temática o mesmo autor

confirmaque a questão da “*proibição da presença dessas comunidades em áreas de uso indireto mesmo quando se trata de uma presença há muitas gerações*”, essa ideia parte do princípio de que “*toda relação sociedade natureza é degradadora e destruidora do mundo natural e selvagem*” (DIEGUES, 1999, p.4).

Essa perspectiva acima abordada, pelos ecologistas preservacionistas, encontra contribuição teórica na chamada *Ecologia Profunda*, “*que, com uma visão biocêntrica, afirma que a natureza deve ser preservada independentemente da contribuição que possa trazer aos seres humanos*” (DIEGUES, 1999, p. 5).

Por outro lado, os teóricos ligados à ecologia social e ao conservacionismo,

partem da constatação de que muitas dessas áreas habitadas por populações tradicionais tinham se conservado florestadas e com alta biodiversidade pela ação manejadora ligada ao modo de vida dessas comunidades que, com a criação das áreas protegidas, passaram a estar sujeitas à expulsão (DIEGUES, 1999, p. 6).

Ainda sobre esse tema, Carril (2006) aborda que o quilombo está associado a um “*uso diferenciado dos recursos naturais, e, frequentemente, na contramão daquele que a sociedade dominante empreende ao apropriar-se dos mesmos recursos*” (CARRIL, 2006, p. 8-9). O uso de tecnologias simples e o caráter artesanal da produção denotam a baixa capacidade de impacto ambiental das populações tradicionais. Como expomos anteriormente, acreditamos que o uso que essas comunidades fazem do território é, também, uma prática conservadora do meio ambiente.

Uma relação simbiótica com a natureza se dá pela forma como os recursos são manejados e, também, em uma relação simbiótica com o território. Não há a possibilidade de desenvolver vida tradicional se não considerarmos que há uma ligação profunda entre a comunidade e biodiversidade, tendo como base a importância do conhecimento tradicional nessa manutenção. Entendemos que há a necessidade de aliar a presença das populações tradicionais e a importância da criação de Unidades de Conservação para a manutenção da biodiversidade nacional, mas questionamos a forma como esses espaços foram criados, bem como a ideologia que fundamentou a implantação de UC no Brasil.

O modelo de proteção adotado no Brasil deriva de uma perspectiva utilizada nos Estados Unidos no Séc. XIX, que culminou na criação do primeiro Parque Nacional do Mundo, o *Yellowstone*. A criação desse parque vem na idealização do mundo selvagem,

contrário ao crescimento desordenado dos espaços urbano-industriais no fim do século XIX, nos EUA e na Europa. Surge então uma necessidade de resgate do mundo pitoresco, do que restava de “natureza selvagem”.

A valorização do mundo natural e a perspectiva que esses espaços são considerados “ilhas” de grande beleza e valor estético que conduziam o ser humano à contemplação das maravilhas naturais, insere o conceito de parque nacional como área natural e selvagem (DIEGUES, 2001).

Ao absorverem esses ideais, países como o Brasil, de grande diversidade ecológica e cultural, promoveram conflitos profundos na elaboração das políticas públicas ambientais. Diegues (2001) enfatiza que essa realidade, dicotômica, entre “povos e parques”, produziu efeito *“devastador sobre as populações tradicionais, de extrativistas, pescadores, índios, cuja relação com a natureza é diferente das sociedades ditas não tradicionais”* (DIEGUES, 2001, p.37).

Corroborando com este fato, entendemos que

toda constituição de uma nova unidade de conservação implica alterações nas relações entre grupos sociais e desses grupos com o meio ambiente, num processo de mão dupla, em que a proteção ambiental é socialmente construída ao mesmo tempo que influencia as populações locais e suas relações com a sociedade abrangente (COELHO; CUNHA; MONTEIRO, 2009, p. 69).

O advento de uma UC tem um potencial modificador profundo nos modos de vida das populações residentes no seu interior ou próximas ao limite da unidade, uma vez que passa a regular a forma como os recursos ambientais devem ser manejados, geralmente em uma lógica desconexa da maioria das comunidades envolvidas. *“Ao serem criadas e implementadas, elas influenciam e transformam essas práticas, numa configuração mutável, conflituosa e complexa de relações sociais”* (op. cit.)

Devemos então, partir do princípio de que o espaço dito natural ou selvagem, não é algo anômalo para as populações tradicionais, é na verdade, o seu território. Onde residem, exercem seus processos produtivos, manifestam suas estruturas culturais e sociais. Por isso, o poder público ao criar uma UC de proteção integral, desconsiderando a diversidade de populações que habitam aquele local, cria um conflito profundo, uma vez que pela legislação vigente, essas populações deverão ser removidas, precedidas do pagamento de indenização. É sabido que o processo para execução dessas

leis é moroso e precede uma série de situações, que muitas vezes não são abarcadas pela normatização.

Tendo como base a importância do conhecimento tradicional na conservação da biodiversidade, entendemos que há a necessidade de aliar a presença das populações tradicionais e a importância da criação de Unidades de Conservação para a manutenção da biodiversidade nacional. Mas questionamos a forma como esses espaços foram criados, bem como a ideologia que fundamentou a implantação de UC no Brasil.

A relação entre comunidades quilombolas e meio ambiente é importante para um entendimento mais profundo da ligação que as populações tradicionais exercem com os recursos naturais disponíveis em seu território. Torna-se então importante conhecer e entender as diferentes práticas desses grupos, que conseguiram ao longo do tempo, elaborar um conhecimento sobre os ecossistemas, baseado na experiência das relações com a natureza. O que levou à adaptação a um meio ecológico de alta complexidade, graças aos saberes acumulados sobre o território e às diferentes formas pelas quais o trabalho é realizado (CASTRO, 2000).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passar a creditar a importância da preservação dos recursos naturais pelas comunidades quilombolas contemporâneas é um exercício necessário para aprofundar o entendimento da importância dessa matriz populacional no Brasil. É mais um ponto a ser incorporado e tratado como contribuição do negro africano na composição do território brasileiro.

O terreiro do quilombo foi o espaço propício para o desenvolvimento das práticas ambientais legitimamente sustentáveis. Nessas comunidades a importância da natureza é imprescindível para a manutenção e reprodução social do grupo. Em tempos de grandes crises ambientais, as comunidades tradicionais têm muito a nos ensinar sobre práticas coerentes de manejo e conservação da biodiversidade.

A incompreensão dessas práticas é derivada diretamente de uma invisibilidade forçada que as comunidades quilombolas atravessaram e atravessam atualmente, principalmente nas questões que envolvem a regularização fundiária dos territórios

quilombolas. Quando essa situação envolve a perspectiva de proteção da biodiversidade, vinculadas às implementações das UCs, percebemos que em muitos casos ainda há concepções ambientais tecnicistas e inadequadas à presença das populações tradicionais (ARRUDA, 1999).

As nossas paisagens ainda abrigam uma variedade grande de populações

de grande diversidade sociocultural, que desenvolveram estilos de vida relacionados a ambientes naturais específicos, com suas visões de mundo particulares, conhecimento extenso e minucioso dos processos naturais e que estabelecem relações com o mundo natural distintas das que prevalecem nas sociedades urbano-industriais (ARRUDA, 1999, p. 86).

Não estamos descartando a necessidade da conservação ambiental, que é fundamental para a reprodução da vida humana, somente alertando para a maior vulnerabilidade das comunidades tradicionais, frente às transformações do mundo moderno. O Estado deve ter o dever de fiscalizar e controlar os impactos ambientais, independentemente de qual tipo de população ou de qual seja a forma de uso do território e de seus recursos.

Os quilombos, então, são duplamente marginalizados, primeiro por constituírem matriz étnica secularmente excluída e, também, por se enquadrarem como comunidades tradicionais. Frente aos interesses hegemônicos, configuram-se como entraves ao desenvolvimento, já que habitam espaços passíveis de exploração econômica ou de proteção ambiental restritiva.

Outro fator importante na invisibilidade das comunidades quilombolas foi abordado por Souza (2008). Ao explicar sobre a desconsideração do quilombo na construção da identidade nacional, a autora afirma que essa situação

Expressa o histórico silenciamento dos espaços não hegemônicos no país. Exemplo disso é a demora no reconhecimento das terras coletivas ocupadas pelas comunidades quilombolas, as quais se contrapõem ao modelo construído como hegemônico, que é a terra privada (SOUZA, 2008, p. 77).

Em muitas situações, as comunidades quilombolas só passam a ter visibilidade com a deflagração do conflito. Ao se auto reconhecerem quilombolas assumem a possibilidade de garantir o domínio de suas terras, podendo desencadear oposição de

grupos contrários à titulação do território, que têm interesses privados pelas terras ocupadas pelos quilombolas.

A partir do momento que há a motivação para originar um conflito de interesses, muitas vezes a identidade quilombola adquirida pela população é classificada como duvidosa ou até mesmo falaciosa, com claro motivo de desarticular um movimento político legítimo dessa parcela da população. Entendemos que nessas situações de conflitos, os quilombolas passam a ser reconhecidos e até saem de uma posição de invisíveis, para uma posição residual na paisagem. Ou seja, estão ali e são agora reconhecidos, mas não pela sua trajetória histórica de resistência e permanência no território, mas por obstruírem interesses de outros grupos.

Atualmente a situação das comunidades quilombolas está fragilizada, parte pela pulverização das políticas públicas para essas comunidades em diversos órgãos de governo, parte pela desarticulação do movimento político quilombola que enfraquecido não tem forças para atuar pelos seus direitos, sendo assim, esta pesquisa pôde contribuir com algumas proposições importantes para a temática quilombola brasileira e a proteção da biodiversidade, a saber:

- Análise teórica da territorialidade das comunidades quilombolas contemporâneas, no que diz respeito a seus modos de vida e apropriações territoriais;
- Busca por uma aproximação do conceito de quilombo contemporâneo, frente as diversas ressemantizações que a palavra quilombo assumiu ao longo dos anos e consolidar a importância da tentativa de se estabelecer uma caracterização geográfica ao termo quilombo, enfatizando suas identidades territoriais bem como os aspectos cotidianos que são importantes na identificação de comunidades tradicionais quilombolas;
- Os quilombos contemporâneos são espaços sagrados de reprodução dos modos de vida de parcela significativa da população de matriz afro-brasileira. Nestes espaços temos referências concretas de organização social e territorial pautados em noções profundas de coletividade, de manifestações culturais próprias e de formas de usos territoriais simbióticos com os recursos naturais disponíveis;

- A busca por uma mudança gradual nos paradigmas que norteiam a proteção da biodiversidade no Brasil, que se faça a partir de princípios compatíveis com a realidade do país e sua composição cultural, social e geográfica multifacetada.

Entendemos que essa problemática não se esgota com as considerações listadas acima, na verdade há a necessidade de aprofundamento da análise que envolve os quilombos e seus conflitos a partir da ótica de uma Geografia tipicamente Afro-Brasileira e engajada com as parcelas marginalizadas da população.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, R. S. A. **Quilombos – Geografia Africana – Cartografia Étnica – Territórios Tradicionais**. 1ª ed. Brasília: Mapas Editora e Consultoria, 2009. p.190.

_____. **Territorialidade quilombola – Fotos & Mapas**. Brasília: Mapas Editora e Consultoria, 2011. p.112.

_____. A Territorialidade dos quilombos no Brasil contemporâneo – Uma aproximação. In:

SILVA, T. D.& GOES, F. L. (orgs.) **Igualdade racial no Brasil: Reflexões no ano internacional dos afrodescendentes**, Brasília: IPEA, 2013, pp. 137 – 152.

ANJOS, R.S.A. & CYPRIANO, A. **Quilombolas – tradições e cultura da resistência**. Aori Comunicações. Petrobrás. São Paulo, 2006, p. 240.

ARRUDA, Rinaldo. “Populações Tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: **Ambiente & Sociedade** - Ano II, n.5, p. 79-92, 1999.

CARRIL, L.F.B. Quilombo, Território e Geografia. **AGRÁRIA**, São Paulo, n.3, p. 156-171, 2006.

CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação. Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 2000. p. 290.

COELHO, M. C. N, CUNHA L. H, MONTEIRO, M. A., “Unidades de Conservação: populações, recursos e territórios – abordagens da geografia e da ecologia política” In: GUERRA, Antonio José Teixeira; COELHO, Maria Célia Nunes. (Orgs.). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 296p.

DIEGUES, A. C. **Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil**. NUPAUB/USP – PROBIO/MMA – CNPq, 1999. p. 189.

_____. (org.). **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. Ministério do Meio Ambiente – Coordenadoria da Biodiversidade. NUPAUB, Universidade de São Paulo, 2000.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 2001.p. 169.

FIABANI, Adelmir. **Mato, Palhoça e Pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 424.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. 9ª Ed. São Paulo: Ed. Record, 2002. p.174.

SAQUET, Marcos Aurélio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. In: **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se: Panorama Histórico, Identitário e Político do Movimento quilombola brasileiro**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social da Universidade de Brasília. Orientador: Prof. Dr. José Jorge de Carvalho. Brasília, 2008, p. 204.

VILELA, Rodrigo de Oliveira. **Quilombos Contemporâneos e a proteção da Biodiversidade: O caso da Reserva biológica da Mata Escura e da Comunidade Mumbuca. Vale do Jequitinhonha/MG**. Dissertação de Mestrado em Geografia – Gestão Ambiental e Territorial do PPGEA da Universidade de Brasília. Orientador: Prof. Dr. Neio Lucio de Oliveira Campos. Brasília, 2013, p. 163